

Evicção da fauna bravia: medida radical de saneamento na África colonial

Eviction of wildlife: radical measure of sanitation in the Colonial Africa

Sílvio Marcus de Souza Correa¹

RESUMO: No início do século XX, com as descobertas científicas dos agentes etiológicos e dos vetores de certas patologias, algumas políticas de saneamento na África colonial tiveram por principal alvo as áreas glossínicas. Entre as medidas adotadas, destacaram-se o desmatamento e a evicção da fauna bravia. Em diversas colônias africanas da Alemanha, Inglaterra e Portugal, foram tomadas essas medidas. Desde a primeira matança na África Oriental sob domínio colonial alemão até as matanças feitas pelas Brigadas de Caça em Moçambique, pode-se inferir uma crítica qualificada às supostas bases científicas dessas medidas radicais para a erradicação da doença do sono e de outras zoonoses. Desse modo, as críticas coetâneas ao radicalismo das medidas de evicção da fauna bravia demonstram o quanto as experiências circularam entre colônias de diferentes impérios, suscitando, inclusive, um debate preservacionista transimperial. O texto se refere às experiências coloniais alemã e portuguesa.

ABSTRACT: in the beginning of the 20th century, with the scientific discoveries of the etiological agents and of the vectors of certain pathologies, some sanitation policies in the Colonial Africa had as main aim the glossina areas. Among the adopted measures, stood out the deforestation and the eviction of wildlife. In several African colonies it was realized those measures, from Germany, England, Portugal. From the first killing in the East Africa under the German colonial domination until the killings done by the Hunting Brigade in Mozambique, it can be inferred a qualified criticism to the alleged scientific bases of these radical measures to the eradication of the sleeping sickness and other zoonoses. This way, the coeval criticism to the radicalism of the measures of eviction of wildlife, demonstrate how the experiences have circled in colonies of different empires, evoking, including, a transimperial preservationist debate. The text refers to the German and Portuguese colonial experiences.

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: silvio.correa@pq.cnpq.br

PALAVRAS-CHAVE: Saneamento. Fauna. África colonial.

KEYWORDS: Sanitation. Fauna. Colonial Africa.

I. INTRODUÇÃO

No início do século XX, com as descobertas científicas dos agentes etiológicos e dos vetores de certas patologias, algumas políticas de saneamento na África colonial tiveram por principal alvo as áreas glossínicas. Entre as medidas adotadas, destacaram-se o desmatamento e a evicção da fauna bravia. O eminente bacteriologista alemão, Dr. Robert Koch, foi um dos defensores de tais medidas para viabilizar o projeto colonial na África Oriental Alemã, atual Tanzânia. Sob as ordens do governador alemão Albrecht F. von Rechenberg, uma matança sem precedentes foi feita nas proximidades do Kilimanjaro em 1910.

Também na Niassalândia britânica, atual Malawi, foi feita outra matança com o fito de sanear áreas infestadas pela mosca tsé-tsé. Outras colônias britânicas como a Zâmbia e o Botswana adotaram a evicção da fauna bravia como medida de saneamento ou profilaxia.

A partir de meados do século XX, várias regiões da África Oriental Portuguesa, atual Moçambique, foram zonas de ação da Missão de Combate à Tripanossomíase (MCT) e de suas Brigadas de Caça. Todavia, o abate indiscriminado da fauna bravia foi alvo de críticas de alguns médicos veterinários que trabalhavam para a MCT.

Desde a primeira matança na África Oriental sob domínio colonial alemão até as matanças feitas pelas Brigadas de Caça em Moçambique, pode-se fazer uma crítica qualificada às supostas bases científicas dessas medidas radicais para a erradicação da doença do sono e de outras zoonoses. Desse modo, as críticas coetâneas ao radicalismo das medidas de evicção da fauna bravia demonstram o quanto as experiências circularam entre colônias de diferentes impérios, suscitando, inclusive, um debate preservacionista transimperial.

2. MEDICINA TROPICAL E EXPERIÊNCIAS COLONIAIS

Em diversas colônias, como, por exemplo, na África Oriental Alemã, África Oriental Portuguesa e Rodésia, Zâmbia e Botsuana sob protetorado britânico, a evicção da fauna bravia foi adotada como uma medida de saneamento contra certas zoonoses. Tal medida foi empreendida sob orientação da incipiente medicina tropical. Porém, desde 1910, alguns cientistas eram contrários à matança de animais selvagens como medida de combate à tripanossomíase ou de prevenção contra outras zoonoses.

Apesar da diátribe e da falta de validação e comprovação científica de tais medidas, alguns regimes coloniais (alemão, britânico e português) ordenaram a matança. Assim, a relação entre ciência e política nos domínios coloniais é incontornável para a história da medicina tropical.

Nesse contexto de discussão sobre o destino da fauna bravia nos domínios coloniais de diferentes impérios, a medicina tropical contribuiu também para o debate em torno da criação de reservas de proteção à vida selvagem. Porém, algumas vozes criticaram as reservas por ser, ao mesmo tempo, áreas de proteção à vida selvagem e unidades de conservação de zoonoses.

A emergência de uma consciência preservacionista se inscreve nos quadros do colonialismo e, simultaneamente, coincide com o advento da medicina tropical. Escusado lembrar que, desde o final do século XIX, a “Partilha da África” favoreceu a institucionalização da medicina tropical em vários centros metropolitanos na Europa. Missões científicas pelo continente africano foram empreendidas sob auspícios de instituições metropolitanas. Liverpool, Hamburgo e outras cidades portuárias fundaram importantes centros de pesquisa em medicina tropical. Londres, Paris, Berlim e Lisboa também seguiram a tendência para validar um domínio científico nos confins dos respectivos impérios.

3. A EXPERIÊNCIA COLONIAL ALEMÃ

Em 1900, foi realizada, em Londres, a International Conference for the Preservation of the Wild Animals, Birds and Fishes of the African Continent. (WÄCHTER, 2008, p. 63, 65,67; BALDUS, 2001, p. 4) Apesar do acordo de intenções dos Impérios, não se logrou elaborar uma política comum de preservação à vida selvagem nos espaços coloniais. Na África austral e oriental, as colônias da Grã-Bretanha, de Portugal e da Alemanha tinham distintas regulamentações de caça. Aliás, a referida convenção de Londres de 1900 não foi ratificada por Portugal e Alemanha. No entanto, a imprensa metropolitana tanto em língua francesa e portuguesa, quanto inglesa e alemã, já publicava opiniões sobre o impacto da caça comercial para a fauna africana, notadamente para certas espécies, como os elefantes.

Esses assuntos transversais às fronteiras coloniais fomentavam também um debate em escala internacional. De diferentes nacionalidades, cientistas e amadores da caça esportiva reclamaram a falta de uma política de proteção à vida selvagem válida para todos os impérios e suas respectivas colônias. Mas alguns dos críticos da caça comercial também se voltaram contra a matança com base pretensamente científica.

No caso específico do colonialismo alemão, as críticas de Carl Georg Schillings se coadunaram com as de Hans Paasche, Fritz Behn, Paul Sarasin e Paul Matschie, formando um conjunto de ideias de uma incipiente crítica ambiental na África colonial sob domínio alemão (1884-1919).

As opiniões de Schillings, Paasche, Behn, Sarasin e Matschie iam de encontro à ideia predominante à época de que a vida selvagem representava um obstáculo aos “interesses coloniais”. Aliás, tal ideia mostrou

toda a sua força quando, em 1910, o governador Rechenberg deu ordem para uma matança sem precedentes.

Para Rechenberg, a matança de milhares de animais selvagens seria a única alternativa para evitar a peste bovina, supostamente detectada na vizinha África Oriental Britânica (WÄCHTER, 2008, p. 73). A criação de um “cinturão de saneamento” nas cercanias do Kilimanjaro foi uma “medida de extermínio” (*Ausrottungsmaßnahme*) que durou um mês, sendo alvejadas dezenas de milhares de animais selvagens de mais de 20 espécies, segundo Carl G. Schillings ((1911). Essa “faixa sem vida” forjada pelas armas numa das regiões de maior biodiversidade da África foi motivo de um debate na Alemanha². Tal matança sob as ordens de Rechenberg chegou a ser alcunhada de escândalo civilizatório (*Kulturskandal*) por alguns críticos coevos como Paul Matschie e Carl G. Schillings³.

A mobilização em prol da vida selvagem tanto na imprensa alemã quanto no círculo da corte imperial em Berlim foi fundamental para impedir que Rechenberg ordenasse uma segunda matança de milhares de animais selvagens quando houve suspeita de peste bovina, na vizinha Uganda, em meados de 1911 (WÄCHTER, 2008, p. 75-76).

Na África Oriental Alemã, a política do governo de Rechenberg se valeu de todos os meios para obter uma balança comercial favorável⁴. Para lograr o aumento das exportações, não houve qualquer escrúpulo em introduzir uma nova regulamentação de caça em 1908, favorecendo a caça comercial, a “unsportsmanlike shooting” (unweidmännische Aas-Jägerei), tão criticada por Wissmann, Schillings e outros amadores da caça esporti-

2 Sobre tal matança sob as ordens do governador Rechenberg, cf. algumas críticas coevas: BEHN, F. “Naturerhaltung und Wildmord in Deutsch-Ostafrika – ein Kulturskandal”. *Naturwissenschaftliche Wochenschrift*, Nr. 51, Berlin, 1911. pp.801-807. MATSCHIE, P. “Die Verwüstung deutsch-ostafrikanische Wildbahnen”, *Zeitschrift des Allgemeinen Deutschen Jagdchutz-Verbandes* 16 (31), 1911: 360-361; PAASCHE, H. “Deutsch-Afrikanische Naturschutzparke”, *Der Tag*. 24/08/1911; SARASIN, Paul. *Über nationalen und internationalen Vogelschutz, sowie einege anschliessende Frage des Weltnaturschutzes*, Basel: Helbing & Lichtenhahn, 1911; SCHILLINGS, Carl G. “Wildmord in Deutsch-Ostafrika”, *Zeitschrift des Allgemeinen Deutschen Jagdchutz Verbandes* 17 (32), 1911: 378-379.

3 Em matéria publicada no jornal de Dar es Salaam, Carl G. Schillings informa ter usado o termo *Kulturskandal* em evento da Deutsche Kolonialgesellschaft, realizado em 10.06.1911, em Stuttgart. SCHILLINGS, Carl G. “Hagenbeck als Erzieher”. *Deutsch Ostafrikanische Zeitung*, Dar es Salaam, 02.12.1911. Fritz Behn empregou o termo *Kulturskandal* em título de artigo publicado num semanário de ciência natural. BEHN, F. “Naturerhaltung und Wildmord in Deutsch-Ostafrika – ein Kulturskandal”. *Naturwissenschaftliche Wochenschrift*, Nr. 51, Berlin, 1911. pp.801-807.

4 Na Alemanha, os sociais-democratas eram os principais críticos ao colonialismo e enfatizavam os custos e dispêndios do Império alemão, inclusive econômicos, com as colônias ultramarinas. O líder social-democrata August Bebel chegou a afirmar que um copo de leite produzido numa fazenda africana era mais caro para o bolso do trabalhador alemão que uma taça de champagne. Apud TOWNSEND, M. *Macht und Ende des deutschen Kolonialreiches*. Leipzig, 1931, p.195.

va. Também foi reduzido o número de reservas e desmatados acres para introduzir novas culturas agrícolas, além do desmatamento como medida de saneamento de zonas endêmicas de doenças tropicais, como a malária e a doença-do-sono.

Algumas medidas do governo Rechenberg foram orientadas por uma vontade obsessiva em subjugar a vida selvagem. Tal obsessão chegou ao extremo com a já mencionada ordem de matar dezenas de milhares de animais selvagens nas proximidades do Kilimanjaro (WÄCHTER, 2008, p. 73-76). Apesar da aversão pessoal de Rechenberg à vida selvagem, cabe ressaltar que muitos colonos, comerciantes, funcionários, soldados e outros agentes do colonialismo também compartilhavam de certas ideias do governador.

A ideia de civilização nos trópicos também moldurava um pensamento científico em prol do desenvolvimento das colônias em detrimento da vida selvagem. Em 1908, no mesmo ano em que passou a vigorar a nova ordenança de caça na África Oriental Alemã, o eminente bacteriologista e prêmio Nobel de medicina, Dr. Robert Koch (1843-1910), propôs o extermínio de algumas espécies da fauna bravia para erradicar a doença do sono em certas regiões já que havia sido comprovado que a mosca tsé-tsé se alimentava do sangue de certos animais (KOCH, 1908). Também em zonas coloniais de língua inglesa, houve controvérsia sobre a relação entre animais selvagens e a doença do sono (BUTLER, 1908, p. 496; MACKENZIE, 1990, p. 187-212). Aliás, o médico e missionário Dr. Livingstone já havia comentado que a doença do sono seria erradicada com a marcha civilizatória sobre a natureza selvagem (MACKENZIE, 1998, p. 234).

De Berlim aos confins do Império alemão, não tardou para a imprensa imprimir em suas páginas a polêmica em torno da extinção de várias espécies de animais selvagens para erradicar a doença-do-sono. O jornal de Swakopmund, na África do Sudoeste Alemã, atual Namíbia, publicou matéria sob o título *Wildschutz in deutschen Kolonien*, em sua edição de 30 de maio de 1908. A proteção da vida selvagem nas colônias alemãs havia sido tema da reunião da *Allgemeine Deutsche Jägerschutzverein*, realizada em abril de 1908 na capital do império alemão. Nessa ocasião, a posição do Dr. Koch em favor da matança dos grandes animais selvagens para combater a doença do sono foi tratada pelos participantes. A discordância em torno da proposta de extermínio de Robert Koch partiu não apenas de membros de associações de caça e da nobreza alemã, como o duque de Mecklenburg e o duque Victor von Ratibor, mas também de membros do meio científico alemão, como o Prof. Matschie e o Dr. Sander.

A polêmica em torno da extinção dos grandes animais esteve associada à formação de reservas, inclusive para a caça esportiva. Porém, alguns achavam que tais reservas preservariam também os agentes etiológicos, vetores e animais hospedeiros de certos ciclos patológicos como os

da doença do sono. Em 17 de agosto de 1912, o jornal de Lüderitzbucht publicou matéria sobre o papel da fauna bravia como elo intermediário do ciclo da doença do sono (GOUVERNEUR, 1912). A matéria tratou da posição do barão Zech, ex-governador da colônia do Togo, sobre pecuária, animais selvagens e doença-do-sono. Também se referiu à experiência na Nyassalândia, onde o governo britânico conduziu o extermínio de animais selvagens numa área de 10 milhas quadradas com o fito de erradicar a doença-do-sono. Escusado lembrar que o eminente pesquisador inglês Sir David Bruce (1855-1931) chegou a afirmar que a vida selvagem deveria ser sacrificada em prol da civilização (*Das Wild muß der Zivilisation geopfert werden*)(EIN NATURSCHUTZPARK, 1914).

Com a Primeira Guerra, as expedições científicas alemãs nas colônias foram interrompidas e a medicina tropical na Alemanha teria uma nova orientação devido, entre outros fatores, à perda das colônias nos trópicos imposta pelo Tratado de Versalhes. Mas se os animais selvagens estavam a salvo da pontaria dos alemães, ingleses e portugueses retomariam a medida de evicção da fauna bravia no combate à doença do sono e outras zoonoses.

4. A EXPERIÊNCIA COLONIAL PORTUGUESA

Passadas algumas décadas da polêmica em torno da proposta do médico alemão Dr. Robert Koch em exterminar os animais de “caça grossa” e da matança na Nyassalândia, o médico veterinário português Dr. Nuno José Gago da Câmara escreveu um artigo sobre a caça em Moçambique, no qual defendeu o isolamento de animais selvagens numa grande reserva de caça e o extermínio de todos os mamíferos selvagens existentes fora dessa reserva (CÂMARA, 1947, p. 113).

Quando publicou seu artigo em prol do extermínio de todos os mamíferos fora da reserva, o Dr. Nuno José Gago da Câmara já tinha larga experiência em parasitologia tropical, pois, em 1928, já era assistente do Laboratório do Huambo, do qual veio depois a ser o primeiro Diretor. Em 1930, foi autor de um pequeno estudo sobre a raiva em Angola, em que apresentava, pela primeira vez, um diagnóstico da virose naquela colônia. Um segundo trabalho foi publicado em 1932, vindo a ser referência sobre a peste suína em Angola (CÂMARA, 1932, p. 25-40). Em 1934, deixou Angola para assumir a Direção do Laboratório Central de Patologia Veterinária de Moçambique (MENDES, 2002, p. 19).

Para o Dr. Câmara (1932, p. 110), “a erradicação das doenças do gado devidas a carraças seria muito simples e rápida onde não houvesse caça alguma”. Segundo ele, “nas doenças do gado provocadas por endoparasitas, a caça é incontestável auxiliar da sua propagação quando se dessedenta e pasta nos mesmos bebedouros e prados que as espécies pecuárias.” Nota-se que o médico-veterinário não era nada simpático à

caça, sobretudo porque o “nefasto papel da caça toma quase sempre graves proporções ao tratar-se das doenças devidas a vírus.” Para o Dr. Câmara (1932, p. 110), havia ainda o risco de contágio no caso de doenças do gado de origem bacteriana, pois “o contato ou a aproximação da caça nas zonas pecuárias é condição ótima de recíproco contágio.”

No supracitado artigo do Dr. Câmara, as referências à relação entre doenças do gado e de animais selvagens na África do Sul, Quênia, Uganda e Tanganica acusam a circulação de informações no meio científico colonial. Também circulou nos espaços coloniais de diferentes impérios uma antipatia, provavelmente recíproca, entre “progressistas” e “preservacionistas”. O Dr. Câmara (1932, p. 110-111) chegou a considerar “comodismo antiprogressivo” a posição em prol de reservas de caça. Segundo ele, mais inteligente seria pensar em criar “reservas de bovinos” no lugar de “reservas de caça”. Pareceu-lhe indiscutível o “alcance civilizador e econômico” que envolveria tal ideia.

Ainda contra a caça esportiva, o médico veterinário informou que, no orçamento oficial de Moçambique, as receitas advindas da caça eram praticamente absorvidas pelas despesas normais de vencimentos e de consumo inerentes às comissões de caça. Afirmou ainda não haver saldos suficientes para devidamente manter e convenientemente defender as cinco reservas oficiais de caça (CÂMARA, 1932, p. 113).

Assim, considerou que “a existência da caça acarreta tão graves males e tão grandes prejuízos que, perante eles, a sua utilidade fica perfeitamente apagada.” Asseverou que “a existência da caça só verdadeiramente interessa aos caçadores e aos naturalistas” e “a sanidade humana e a economia agropecuária de um território inteiro não devem ser sacrificadas ao interesse de uma tão pequena minoria, fundamentado em argumentos tão frágeis” (CÂMARA, 1932, p. 113).

No entanto, o Dr. Câmara reconheceu que, “por determinados motivos científicos, por certas conveniências de turismo, ou pelas obrigações de acordos internacionais”, forçoso era dar uma proteção oficial à caça. Mas “para poder harmonizar a necessidade de extermínio dos animais bravios com a condescendência da conservação da caça”, sugeriu “a constituição de uma grande reserva nacional de caça em condições ótimas de habitat para todas as espécies selvagens, isolando-a absolutamente do meio exterior, e mantendo-a sob permanente fiscalização sanitária interna” e “o extermínio de todos os mamíferos selvagens existentes fora dessa reserva” (CÂMARA, 1932, p. 113).

No radicalismo do Dr. Câmara, percebe-se um eco daquela proposta polêmica do Dr. Koch. Mas assim como outros médicos e zoólogos alemães discordaram dos argumentos do eminente compatriota, também o radicalismo do veterinário português encontrou resistência entre seus pares. Dois anos antes da publicação do artigo polêmico do Dr. Câmara,

o veterinário José Leitão (1945, p. 101-111) ponderava a relação entre a caça e o problema parasitário. Dez anos depois, Antônio Pegado (1955, p. 5-7) ainda abordou o assunto. Nas décadas de 1950 e 60, outros artigos trataram de zoonoses com relação à caça e à pecuária (VALADÃO, 1951, p. 67-72, 1966, p. 209-211; DIAS, GONÇALVES, 1963, p. 41-53). Alguns deles ainda defendiam a matança da “caça grossa” em prol da civilização (SILVA, 1953, p. 925-946; AZEVEDO, 1961, p. 104).

E não seria de estranhar o apoio do intelectual brasileiro Gilberto Freyre a certas atividades das autoridades portuguesas contra as doenças tropicais, sobretudo contra a doença-do-sono. Em sua viagem pela África a convite do governo Salazar, Gilberto Freyre fez o seguinte comentário:

A só presença dessa mosca terrível mostra o que tem de ser o esforço português na Guiné contra uma natureza aparentemente idílica, mas na verdade traiçoeira. Tão traiçoeira que protege com seu verde tropical moscas e mosquitos mortíferos, onças e hienas, crocodilos e hipopótamos, vermes e cobras que são ainda uma legião de demônios a danarem a vida humana nesta região. A vida, o trabalho, a lavoura, a colonização, principalmente europeia e principalmente cristã. (FREYRE, 2001, p. 257-258)

Escusado lembrar que Gilberto Freyre visitou o Laboratório Central de Patologia Veterinária nos arredores de Nova Lisboa e outras instituições e estações agropecuárias não apenas em Angola, mas também em Guiné, Cabo Verde e Moçambique. O intelectual brasileiro fez vários elogios aos agrônomos, zootécnicos e veterinários portugueses pelos resultados obtidos no campo da agricultura e da pecuária tropical. “São homens, estes agrônomos, estes veterinários, estes zootécnicos portugueses desgarrados na África como se fossem missionários com ardente vocação para o sacrifício, que os brasileiros poderiam tomar para exemplos.” (FREYRE, 2001, p. 412)

Ver-se-á a seguir que alguns desses homens desempenharam o papel de “missionários com ardente vocação para o sacrifício”, mas não sacrifício de si mesmos, porém de milhares de animais selvagens.

No que tange ainda à parasitologia tropical e às suas implicações para a pecuária e a saúde humana na África portuguesa, é possível que Gilberto Freyre não tenha se inteirado sobre certas polêmicas que envolviam médicos e veterinários portugueses, como, por exemplo, aquela em torno do abate da “caça grossa” em prol da pecuária tropical.

O problema não era apenas a diátribe envolvendo veterinários e amadores da caça esportiva sobre o abate da fauna bravia, mas sim a ocorrência de uma matança executada pelas Brigadas de Caça da Missão de Combate às Tripanossomíases (MCT). Por isso, o assunto ainda era motivo de polêmica no início da década de 1970.

Depois de muitos anos atuando na divisão de veterinária da MCT,

Jaime Augusto Travassos Santos Dias e Armando José Rosinha decidiram abandonar a MCT.⁵ Durante as VII Jornadas médico-veterinárias, realizadas em Lourenço Marques, de 26 de setembro a 2 de outubro de 1971, os dois veterinários apresentaram um trabalho cujos resultados, com algumas variantes, seriam retomados em outras publicações (DIAS, ROSINHA, 1969-71, 1971, 1972). Os polêmicos resultados fazem parte de um balanço crítico sobre a matança da “caça grossa” promovida pela MCT.⁶

Segundo dados coligidos pelos dois veterinários da MCT, foram abatidos em torno de 230.000 mamíferos (elefantes, rinocerontes, hipopótamos, búfalos, zebras, gazelas e antílopes...) entre 1947 e 1969.⁷ Para os médicos veterinários, numa avaliação do que se fez em Moçambique na “luta antiglossínica”, pesam mais os “prejuízos sofridos do que os louros alcançados”. (DIAS, ROSINHA, 1969-71, p. 23)

A crítica dos médicos veterinários Dias e Rosinha à “luta antiglossínica” levada a cabo em Moçambique questionava mais os meios do que o próprio fim daquelas medidas radicais de saneamento. Era uma crítica moderada, dentro dos quadros de um pensamento colonial. Por isso, o problema para eles não era tanto “o despovoamento animal de extensas áreas, com todas as consequências funestas derivadas de uma biocenose alterada em suas estruturas fundamentais”, mas a falta de compensação. A pecuária ou a agricultura, por exemplo, poderiam justificar a evicção da fauna bravia, mas deveria ser feita com base em outros pressupostos científicos que os dois médicos veterinários expõem em sua crítica (DIAS, ROSINHA, 1969-71, p. 23).

Para Dias e Rosinha, o problema não era o abate em si, mas as formas como ele estava sendo feito, “desafiando as mais rudimentares regras do verdadeiro espírito científico, sem que de tal facto tivessem resultado consideráveis alterações nas comunidades glossínicas a cuja destruição

5 Jaime Travassos Santos Dias foi professor catedrático da faculdade de veterinária da Universidade Eduardo Mondlane, diretor do Museu de História Natural e sócio fundador da Associação de Proteção da Natureza de Moçambique. Armando José Rosinha assumiu a chefia de diversos setores da Missão de Combate às Tripanossomíases (MCT) por uma década (1953-1963). Exerceu também outras funções durante sua vida profissional, como delegado de sanidade pecuária e chefe dos serviços de protecção à fauna da Direção Nacional de Veterinária de Lourenço Marques.

6 As Missões de Combate às Tripanossomíases de Angola e Moçambique faziam parte integrante dos Serviços de Saúde e Assistência daquelas províncias com sede, respectivamente, em Luanda e em Lourenço Marques. As Missões de Combate às Tripanossomíases das províncias de Angola e Moçambique tinham como finalidades: a) O combate e profilaxia da tripanossomíase humana; b) O combate e profilaxia das tripanossomíases animais; c) A investigação científica relativa aos agentes das tripanossomíases e seus insectos vectores; d) O combate à mosca tsé-tsé para impedir a sua expansão e obter a recuperação das áreas por ela infestadas.

7 Para o relatório da MCT em Angola, ver: *Missão de Combate às Tripanossomíases: relatório anual de 1966 / Serviço de Saúde e Assistência*, MCT. Luanda : SSA, 1967.

se visava”. Assim, os médicos veterinários concluíaam o artigo, afirmando que o abate da forma como estava sendo conduzido em Moçambique não podia continuar. Ressaltaram ainda os autores que “a fauna bravia da África representa um valor muitas vezes insubstituível por razões de ordem científica, estética, cultural, ecológica e econômica e, como tal, digna de ser preservada dos entusiasmos, das fúrias e da ignorância de muitos.” (DIAS, ROSINHA, 1969-71, p. 52)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria das campanhas de evicção da fauna bravia na África colonial ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960. Na Rodésia, por exemplo, foram empreendidas campanhas entre junho de 1958 e outubro de 1960. Em Uganda, desde o final da década de 1950 até 1963, foram feitas matanças, sendo que algumas espécies como os búfalos foram dizimadas por completo. Em Botsuana, na região do delta do rio Okavango, a campanha durou 23 anos. As espécies animais mais visadas foram, entre outros, cudos, búfalos, facoceros, impalas e cabritos vermelhos. Na Zâmbia, uma campanha foi feita durante dois anos numa área de 520 km². (DIAS, ROSINHA, 1969-71, p. 26)

Em Moçambique, o programa para a evicção da fauna bravia parece ter sido o de maior amplitude e duração na África Oriental. As Brigadas de Caça da Missão de Combate à Tripanossomíase (MCT) empreenderam campanhas desde 1947 até o final do período colonial, ou seja, por quase 30 anos. Em artigo publicado na *Revista Agrícola* (1972), o veterinário Travassos dos Santos Dias calculou em 233.513 o número total de animais exterminados (búfalos, cudos, impalas e outros).

Na África colonial, o caráter experimental que predominou nas primeiras décadas da medicina tropical foi responsável por uma série de abusos feitos sob a chancela de autoridades médicas, civis ou militares. Uso de cobaias humanas para experimentar vacinas contra várias doenças tropicais e isolamento forçado de doentes foram algumas medidas empregadas pela medicina experimental durante o colonialismo.

Em relação à fauna bravia, a matança foi uma medida radical de saneamento que demonstra como a medicina tropical serviu como ciência instrumental ao colonialismo. Porém, críticas contra o radicalismo de certas medidas de saneamento ou de políticas de saúde também foram produzidas por médicos, sanitaristas, biólogos, veterinários e outros. Assim, a história da medicina tropical fornece uma série de experiências em prol do combate às doenças incidentes em diferentes zonas geográficas da África para estudos comparativos sobre ideias e práticas que circularam pelos espaços coloniais. Os primórdios da história da medicina tropical na África colonial apresentam fortes indícios de desmesuras, abusos e erros. Tal interpretação do conjunto de medidas radicais de saneamento como evicção da fauna bravia, desmatamento de florestas, drenagem de pântanos

etc., não consiste em anacronismo, uma vez que a pesquisa histórica tem mostrado críticas coevas a essas práticas avalizadas pela medicina tropical e pelo higienismo num passado recente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, William M. Nature and the Colonial Mind, in Adams, W.; Mulligan, Martin (orgs) *Decolonizing Nature: Strategies for Conservation in a Post-Colonial Era*. London, p.16–50, 2003.
- AZEVEDO, J. Fraga de (et al.) Plano de trabalhos para a campanha de erradicação: 2ª fase ou fase de combate às glossinas: 6ª secção – caça. In: *O reaparecimento da glossina palpalis palpalis na ilha do Príncipe*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961, p. 104
- BALDUS, Rolf. Wildlife Conservation in Tanganyika under German Colonial Rule. *Internationales Afrikaforum*, München, 2001, p.4.
- BEHN, F. Naturerhaltung und Wildmord in Deutsch-Ostafrika – ein Kulturskandal. *Naturwissenschaftliche Wochenschrift*, Nr. 51, Berlin, pp.801-807, 1911.
- BUTLER, A. L. Big Game Preservation and the Sleeping Sickness; *Spectator*, 100:4161 (28.03.1908) p.496.
- CÂMARA, Nuno J. G. Contribuição para o estudo da Raiva em Angola. *Pecuária*, 1930, p. 10-23.
- _____. G. História da Peste Suína em Angola. *Pecuária*, 1932, p.25-40.
- _____. A caça em Moçambique. Boletim Geral das Colónias. *Agência Geral das Colónias*. Nº 270 - Vol. XXIII, 1947.
- DIAS, Jaime Augusto Travassos Santos; GONÇALVES, A. Castelo Branco. Infeciosidade por tripanossomias da caça e da tsé-tsé na região do Muda In: *Anais dos Serviços de veterinária de Moçambique*. nº IX (1963), p. 41-5
- DIAS, Jaime T. S. Torna-se urgente e imperioso que se faça da conservação da natureza uma palavra de ordem. In: *Revista de Ciências Veterinárias*. Série B. vol. 5 p. 491-496, (Dez. 1972).
- DIAS, Jaime Augusto Travassos Santos; ROSINHA, José Armando. Terão justificação os abates indiscriminados da caça como medida de luta contra a mosca Tsé-Tsé? Uma análise do caso de Moçambique In: *Revista de Ciências Veterinárias*. Série A. Vol. IV, p. 87-99, (Dezembro 1971).
- _____; _____. Terão justificação os abates indiscriminados da caça como medida de luta contra a mosca tsé-tsé? (uma análise do caso de Moçambique) In: *Anais dos Serviços de Veterinária de Moçambique*. Nº 17-19, p.23-53, (1969-71).
- _____; _____. Terão justificação os abates indiscriminados da caça como medida de luta contra a mosca tsé-tsé? In: *Revista Agrícola*. vol. XIV, Nº 142, p. 22-26 (Jan. 1972).

- EIN NATURSCHUTZPARK in unseren Kolonien. Lüderitzbuchter Zeitung. Lüderitzbucht, 03.04.1914.
- FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001.
- GISSIBL, Bernhard. German Colonialism and the Beginnings of the International Wildlife Preservation in Africa. German Historical Institut, London, *Bulletin Supplement*, 3, p.121-143, (2006).
- GOUVERNEUR Graf Zech über Wildschutz und Schlafkrankheit, Lüderitzbuchter Zeitung, Lüderitzbucht, 17.08.1912.
- ISOBE, Hiroyuki. *Medizin und Kolonialgesellschaft: Die Bekämpfung der Schlafkrankheit in den deutschen Schutzgebieten*. Tropenmedizin vor dem Ersten Weltkrieg, Berlin: LIT Verlag, 2009.
- KOCH, Robert. *Über meine Schlafkrankheits-Expedition*. Vortrag gehalten in der Abteilung Berlin-Charlottenburg der Deutschen Kolonialgesellschaft, Berlin: Dietrich Reimer, 1908.
- LEITAO, José da Silva. A caça e o problema parasitário. II Congresso da União Nacional In: *Boletim geral das colônias*. Ano XXI, nº 241 (Julho de 1945), p. 101-111.
- MACKENZIE, J.M. *The Empire of Nature: Hunting, Conservation and British Imperialism*. Manchester: Manchester University Press, 1998.
- _____. Experts and amateurs: tsetse, nagana and sleeping sickness in East and Central Africa, in Mackenzie, J. (dir.) *Imperialism and the Natural World*, Manchester: Manchester University Press, p.187-212, 1990.
- MENDES, Antonio Martins. A história do Laboratório Central de Patologia Veterinária de Angola. *RPCV*. 97 (541), 2002, p.19.
- PAISANA, Fernando Cardoso; Rosinha, Armando J. Inventariação dos problemas relacionados com a protecção da fauna e seu aproveitamento racional. In: *Anais dos Serviços de Veterinária de Moçambique*, Nº 20/21, p. 15-121, (1972/73).
- PEGADO, Antonio. O problema da caça grossa e a mosca de “Isé-tsé. In: *Revista d’aquém e d’além mar*. - Ano V, nº 60 (1955).
- SCHILLINGS, Carl G. Hagenbeck als Erzieher. *Deutsch-Ostafrikanische Zeitung*, Dar es Salaam, 02.12.1911.
- SILVA, José Marques. Alguns aspectos do controle da Glossina M. West pelo abate da caça na região do Govuro (sul do Save). I Congresso Nacional de Medicina Tropical – Malária In: *Anais do Instituto de medicina Tropical*. Vol. X, nº 3, p. 925-946, (Set. 1953).
- STRANDMANN, Hartmut Pogge von. *Imperialismus vom Grünen Tisch. Deutsche Kolonialpolitik zwischen wirtschaftlicher Ausbeutung und “zivilisatorischen“ Bemühungen*. Berlin: Ch.Links-Verlag, 2009.
- VALADÃO, Francisco Garcia. A luta contra a febre aftosa e o problema

- da caça em Moçambique. In: *Anais dos serviços de veterinária e indústria animal*. nº IV (1951), p.67- 72.
- VALADÃO, Francisco Garcia. Alguns aspectos do problema da caça em relação á ocupação pecuária. In: *Anais dos Serviços de veterinária de Moçambique*. nº X (1966), p. 209-211.
- WÄCHTER, H. Jürgen. *Naturschutz in den deutschen Kolonie in Afrika (1884-1918)*. Berlin: Lit Verlag, 2008.

Enviado em: 10/06/2014

Aceito em: 20/07/2014